



## **Informativo sobre a Estiagem no Nordeste - nº 68      30/09/2014**

### **1. Decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública.**

O Ministério da Integração Nacional (MI) utiliza-se de diversos instrumentos legais para estabelecer procedimentos e critérios, a fim de decretar situação de emergência ou estado de calamidade pública pelos municípios, estados e pelo Distrito Federal. Isso permite o reconhecimento federal das situações de anormalidade decretadas pelos entes federativos e admite que se tome providências diferenciadas para esses municípios que se encontram em situação crítica.

Cabe ao Poder Executivo Federal reconhecer a situação anormal decretada pelo município, pelo Distrito Federal ou pelo estado, quando caracterizado o desastre e for necessário estabelecer um regime jurídico especial que permita o atendimento complementar às necessidades temporárias de excepcional interesse público, voltadas à resposta aos desastres, à reabilitação do cenário e à reconstrução das áreas atingidas. Esse reconhecimento se dá por meio de portaria, mediante requerimento do Poder Executivo do Município, do estado ou do Distrito Federal afetado pelo desastre.

Há diversos dispositivos legais – leis, portarias, diretrizes ministeriais – que estabelecem regras e propõem soluções para atenuar a situação crítica, temporária e passageira. Esses dispositivos legais instituem procedimentos e critérios para a decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública, condicionam a transferência de recursos federais destinados às ações de defesa civil, tratam do emprego das Forças Armadas em Defesa Civil, regulamentam o uso do Cartão de Pagamento de Defesa Civil, instituem a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, entre outras ações necessárias para restabelecer a normalidade nas cidades e no meio rural.

### **2. Nordeste: Municípios em estado de emergência e calamidade pública – estatística de 2011 a 2014.**

A Tabela 1, a seguir, apresenta uma estatística dos decretos publicados de estado de emergência e de calamidade pública por estado da Região Nordeste e norte de Minas Gerais, no período de 2011 a 2014. Para Minas Gerais, tomou-se o número de municípios reconhecidos pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) como sujeitos à estiagem periódica. A última atualização de 2014 foi em 15 de setembro. Um mesmo município pode ter mais de um decreto anual, o que às vezes torna o número de municípios existente na unidade da federação menor que o número de decretos. Uma observação da Tabela 1 demonstra que o fato aconteceu com freqüência, principalmente no ano de 2013.



Tomando-se o ano de 2011 como base, por ter sido o último de chuvas normais na Região Nordeste, observa-se, na linha **Total da Região**, que o número dos decretos de emergência somados aos de calamidade pública cresce em 2012, atinge o máximo em 2013 e começa a diminuir em 2014. Por estado, os maiores destaques foram Minas Gerais, Bahia, Ceará, Piauí, Paraíba e Rio Grande do Norte.

**Tabela 1 - Estatística de decretos de reconhecimento de emergência e calamidade pública pelos municípios do Semiárido (números absolutos).**

Reconhecimentos					
	ANO	2011	2012	2013	2014
ESTADO	Número de Municípios	Número de Decretos	Número de Decretos	Número de Decretos	Número de Decretos
Alagoas	102	12	36	97	43
Bahia	417	65	272	679	159
Ceará	184	13	354	354	169
Maranhão	217	19	73	76	14
Minas Gerais	168	86	290	232	210
Paraíba	223	74	198	594	197
Pernambuco	185	72	242	254	190
Piauí	224	8	198	612	202
Rio Grande do Norte	167	6	142	312	160
Sergipe	75	9	38	62	17
<b>Total da Região</b>	<b>1.962</b>	<b>383</b>	<b>1.844</b>	<b>3.274</b>	<b>1.364</b>
<b>Total Brasil</b>	<b>5 570</b>	<b>1.282</b>	<b>2.776</b>	<b>3.747</b>	<b>1.894</b>

Fonte: Ministério da Integração Nacional

Uma comparação do **Total da Região** com o **Total Brasil** evidencia que o número de decretos para a região do Semiárido, no período considerado, é muito próximo do total de decretos para todo o País, com exceção do ano de 2011, quando os estados do RS e SC foram atingidos por eventos climáticos que levaram aquelas unidades da federação a decretarem um número maior de estados de emergência e de calamidade pública, o que tornou maior o número **Total Brasil** para aquele ano.

### 3. Ações do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS.

A Divisão de Comunicação Social do DNOCS divulgou um cronograma para a construção de obras no Nordeste. Com intuito de dar publicidade ao andamento dos programas publicou, em setembro corrente, a agenda de execução conforme segue:

- Lançamento do edital para a construção da adutora de engate rápido que abastecerá Currais Novos e Acari, de forma emergencial, devido ao colapso nos sistemas adutores dos açudes Dourado e Gargalheiras. O projeto está orçado em R\$ 35 milhões, com previsão para conclusão das obras de, no máximo, nove meses.
- Elaboração de projeto de irrigação de Santa Cruz do Apodi. Este é uma parceria entre o DNOCS e o Governo do Rio Grande do Norte e, em sua 1ª etapa, contempla uma área de 5.200ha, com recursos da ordem de R\$ 242.791.000,00, e tem prazo de



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO  
Secretaria de Política Agrícola  
Departamento de Economia Agrícola  
Coordenação-Geral de Estudos e Informações Agropecuárias

30 meses para sua conclusão. Quando estiver em pleno funcionamento, será um dos grandes celeiros de produção agrícola do Semiárido brasileiro.

c) O DNOCS, através da Coordenadoria Estadual do Ceará (CEST/CE), está perfurando 13 poços profundos na região dos Perímetros Irrigados de Curu-Paraipaba e Curu-Pentecoste, com intuito de minimizar as consequências da seca que atingem o Estado. Ao todo, 930 famílias de agricultores familiares serão beneficiadas com o aporte de água para consumo humano, prioritariamente, e agricultura.

d) Visitas internacionais ao Centro de Pesquisas em Aquicultura (CPA/CA) e à Estação de Piscicultura do Complexo Castanhão. Um grupo formado por técnicos das Ilhas Fiji, da Oceania, teve a oportunidade de conhecer os projetos desenvolvidos na região e vivenciar, mais a fundo, experiências nas diversas áreas da pesca. Entre os técnicos encontrava-se o vice-ministro fijiano da Pesca.

e) As quatro Estações de Pisciculturas, administradas pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), divulgaram o levantamento da produção e distribuição de alevinos no primeiro semestre de 2014. Ao todo, as Estações de Pedro Azevedo (Icó), Osmar Fontenele (Sobral), Complexo Castanhão (Jaguaribara) e Amanari (Maranguape) geraram 13.637.850 de espécimes, nos sete primeiros meses deste ano. No mesmo período, a distribuição somou 13.551.650 de espécimes.

#### **4. Ministério da Integração Nacional – Licitação de Obras da Transposição do Rio São Francisco.**

Tendo em vista a gravidade da situação de estiagem da Região Nordeste e com o intuito de atender às necessidades locais, à luz do que preceitua a Carta Humanitária e as Normas Mínimas de Resposta Humanitária em Situação de Desastres, da Organização das Nações Unidas, o Ministério da Integração Nacional – em caráter estratégico e complementar às ações de proteção e defesa civil no âmbito do Poder Público Federal – abriu diversas licitações, em Regime Diferenciado de Contratação. Essas licitações estão relacionadas abaixo:

a) Fornecimento das Válvulas Complementares da Primeira Etapa de Implantação das Estações de Bombeamento do Eixo Leste, do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional.

b) Fornecimento de Quadros de Distribuição de Corrente Alternada (QDCA), para as Estações de Bombeamento do Eixo Leste, do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional.

c) Serviços e Fornecimentos Complementares para o Sistema de Telecomunicações das Subestações SE-E0, SE-PAULO AFONSO e SE-BOM NOME, para o Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Pisf).



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO  
Secretaria de Política Agrícola  
Departamento de Economia Agrícola  
Coordenação-Geral de Estudos e Informações Agropecuárias

d) Fornecimento de Talhas e Pontes Rolantes para as Tomadas de Água dos Reservatórios dos Eixos Norte e Leste, do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional.